

### Questões prejudiciais

Disposições *antidumping* adoptadas pela Comissão Europeia, em conformidade com o processo previsto no Regulamento (CE) n.º 384/96 do Conselho, de 22 de Dezembro de 1995, relativo à defesa contra as importações objecto de *dumping* de países não membros da Comunidade Europeia <sup>(1)</sup>, são ineficazes pelo facto de a Comissão as ter adoptado tomando por base um valor normal (neste caso, atendendo aos preços efectivamente pagos ou a pagar na Comunidade por produtos similares) a partir de «qualquer outra base razoável», sem proceder a investigações adicionais relativas ao valor normal, depois de, num país análogo, que a Comissão começou por tomar em conta enquanto tal, ter contactado sem êxito duas empresas — sendo que uma nem sequer reagiu e a outra se mostrou inicialmente disposta a cooperar, mas posteriormente não respondeu ao questionário que lhe foi enviado — e de as partes no processo terem indicado à Comissão outro país análogo?

<sup>(1)</sup> JO 1996, L 56, p. 1.

### Ação intentada em 7 de Julho de 2010 — Comissão Europeia/República da Polónia

(Processo C-341/10)

(2010/C 260/08)

Língua do processo: polaco

#### Partes

*Demandante:* Comissão Europeia (representantes: J. Enegren e Ł. Habiak, agentes)

*Demandada:* República da Polónia

#### Pedidos da demandante

— Declaração de que a República da Polónia, ao ter transposto de modo incorrecto e incompleto o artigo 3.º, n.º 1, alíneas d) a h), e o artigo 9.º da Directiva 2000/43/CE do Conselho, de 29 de Junho de 2000, que aplica o princípio da igualdade de tratamento entre as pessoas, sem distinção de origem racial ou étnica <sup>(1)</sup>, não cumpriu as obrigações que lhe incumbem por força do artigo 16.º da referida directiva;

— condenação da República da Polónia nas despesas.

### Fundamentos e principais argumentos

O âmbito de aplicação material da Directiva 2000/43/CE abrange uma série de domínios, indicados no artigo 3.º, n.º 1, da directiva. Por força do artigo 16.º da mesma directiva os Estados-Membros têm de adoptar as disposições necessárias para dar cumprimento à directiva em todos estes domínios (ou assegurar-se de que essas disposições são adoptadas pelos parceiros sociais) e informar a Comissão Europeia. Segundo a Comissão, a República da Polónia, de momento, só parcialmente cumpriu essa obrigação. Na sua acção, a Comissão acusa a República da Polónia de ter transposto a directiva de modo incorrecto e incompleto no que respeita à filiação ou envolvimento numa organização de trabalhadores ou patronal, ou em qualquer organização cujos membros exerçam uma profissão específica, incluindo as regalias concedidas por essas organizações, à protecção social, incluindo a segurança social e os cuidados de saúde, aos benefícios sociais, à educação e ao acesso e fornecimento de bens e prestação de serviços postos à disposição do público, incluindo a habitação (artigo 3.º, n.º 1, alíneas d) a h), da directiva). A Comissão rejeita o argumento das autoridades polacas segundo o qual a transposição da directiva em causa seria garantida pela Constituição da República da Polónia, por determinadas leis e por convenções internacionais, como indicadas no processo que precedeu a interposição do recurso.

Além disso, a Comissão Europeia acusa a Polónia de ter transposto o artigo 9.º da Directiva 2000/43/CE, de modo incorrecto e incompleto, para o direito nacional. Esta disposição, relativa às medidas necessárias para proteger os indivíduos contra formas de tratamento desfavoráveis ou consequências desfavoráveis que surjam em reacção a uma queixa ou a uma acção destinada a exigir o cumprimento do princípio da igualdade de tratamento, respeita a todas as pessoas e a todas as situações abrangidas pelo âmbito de aplicação da directiva. As disposições de transposição comunicadas pelas autoridades polacas demonstram, segundo a Comissão, a existência deste tipo de medidas apenas no que respeita aos trabalhadores e às relações laborais.

<sup>(1)</sup> JO L 180, p. 22.

### Pedido de decisão prejudicial apresentado pelo Tribunale Amministrativo Regionale per la Lombardia (Itália) em 19 de Julho de 2010 — Duomo Gpa Srl/Comune di Baranzate

(Processo C-357/10)

(2010/C 260/09)

Língua do processo: italiano

#### Órgão jurisdicional de reenvio

Tribunale Amministrativo Regionale per la Lombardia

**Partes no processo principal**

*Recorrente:* Duomo Gpa Srl

de liquidação, apuramento e cobrança de impostos e outras receitas das autarquias locais, enquanto não tiver sido cumprida a referida obrigação de aumento do capital?

*Recorrida:* Comune di Baranzate

(<sup>1</sup>) JO L 376, p. 36

**Questões prejudiciais**

1. Obstat à correcta aplicação dos artigos 15.º e 16.º da Directiva 2006/123/CE (<sup>1</sup>) as disposições nacionais do artigo 32.º, n.º 7A, do decreto legislativo n.º 185, de 29 de Novembro de 2008, em conjugação com a lei de conversão n.º 2, de 28 de Janeiro de 2009, conforme alterado pela lei n.º 14, de 27 de Fevereiro de 2009, que, exceptuando as sociedades com participação maioritariamente pública, prevêem: a nulidade da adjudicação de serviços de liquidação, apuramento e cobrança de impostos e outras receitas das autarquias locais a empresas que não tenham um capital mínimo, integralmente realizado, de 10 milhões de euros; a obrigação de as empresas inscritas no registo dos sujeitos de direito privado habilitados a proceder à liquidação e apuramento dos impostos e de cobrança de impostos e outras receitas das autarquias locais e provinciais, nos termos do n.º 3 do artigo 53.º do decreto legislativo n.º 446 de 15 de Dezembro de 1997, e posteriores alterações, aumentarem o capital para o referido montante mínimo; a proibição da atribuição de novas adjudicações ou de participação em concursos para a adjudicação de serviços de liquidação, apuramento e cobrança de impostos e outras receitas das autarquias locais, enquanto não tiver sido cumprida a referida obrigação de aumento do capital;

2. Obstat à correcta aplicação dos artigos 3.º, 10.º, 43.º, 49.º e 81.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia as disposições nacionais do artigo 32.º, n.º 7A, do decreto legislativo n.º 185, de 29 de Novembro de 2008, em conjugação com a lei de conversão n.º 2, de 28 de Janeiro de 2009, e conforme alterado pela lei n.º 14 de 27 de Fevereiro de 2009, que, exceptuando as sociedades com participação maioritariamente pública, prevêem: a nulidade da adjudicação de serviços de liquidação, apuramento e cobrança de impostos e outras receitas das autarquias locais a empresas que não tenham um capital mínimo, integralmente realizado, de 10 milhões de euros; a obrigação de as empresas inscritas no registo dos sujeitos de direito privado habilitados a proceder à liquidação e apuramento dos impostos e de cobrança de impostos e outras receitas das autarquias locais e provinciais, nos termos do n.º 3 do artigo 53.º do decreto legislativo n.º 446 de 15 de Dezembro de 1997, e posteriores alterações, aumentarem o capital para o referido montante mínimo; a proibição da atribuição de novas adjudicações ou de participação em concursos para a adjudicação de serviços

**Pedido de decisão prejudicial apresentado pelo Tribunale Amministrativo Regionale per la Lombardia (Itália) em 19 de Julho de 2010 — Gestione Servizi Pubblici Srl/Comune di Baranzate**

(Processo C-358/10)

(2010/C 260/10)

*Língua do processo:* italiano

**Órgão jurisdicional de reenvio**

Tribunale Amministrativo Regionale per la Lombardia

**Partes no processo principal**

*Recorrente:* Gestione Servizi Pubblici Srl

*Recorrida:* Comune di Baranzate

**Questões prejudiciais**

1. Obstat à correcta aplicação dos artigos 15.º e 16.º da Directiva 2006/123/CE (<sup>1</sup>) as disposições nacionais do artigo 32.º, n.º 7A, do decreto legislativo n.º 185, de 29 de Novembro de 2008, em conjugação com a lei de conversão n.º 2, de 28 de Janeiro de 2009, conforme alterado pela lei n.º 14, de 27 de Fevereiro de 2009, que, exceptuando as sociedades com participação maioritariamente pública, prevêem: — a nulidade da adjudicação de serviços de liquidação, apuramento e cobrança de impostos e outras receitas das autarquias locais a empresas que não tenham um capital mínimo, integralmente realizado, de 10 milhões de euros; — a obrigação de as empresas inscritas no registo dos sujeitos de direito privado habilitados a proceder à liquidação e apuramento dos impostos e de cobrança de impostos e outras receitas das autarquias locais e provinciais, nos termos do n.º 3 do artigo 53.º do decreto legislativo n.º 446 de 15 de Dezembro de 1997, e posteriores alterações, aumentarem o capital para o referido montante mínimo; — a proibição da atribuição de novas adjudicações ou de participação em concursos para a adjudicação de serviços de liquidação, apuramento e cobrança de impostos e outras receitas das autarquias locais, enquanto não tiver sido cumprida a referida obrigação de aumento do capital;